

O Algarve pós 2020 na Perspetiva dos Municípios

**Contributo para a Reflexão
Portugal 2030**

Versão para Discussão com as A.M.

Junho de 2018

NOTA PRÉVIA

O presente Estudo dá cumprimento ao contrato estabelecido com a AMAL, no final do mês de fevereiro do corrente ano, e designado "O Algarve pós 2020 na perspetiva dos municípios": Contributo para a reflexão Portugal 2030".

Este Relatório corresponde à versão Final do Estudo e será a base para efeitos de discussão. Procura-se, através dela, suscitar a discussão com os responsáveis municipais. Por ser uma versão *Draft* há prioridades, propostas e ideias de projetos que necessitam de ser confirmadas. O tempo ainda é o de interrogações.

O documento encontra-se estruturado em dois capítulos:

- ✓ No primeiro posiciona-se o Algarve neste período prévio ao novo período de programação e sumariza-se os principais problemas estruturais da região;
- ✓ No segundo enunciam-se os principais desafios para o Algarve e propõem-se os projetos considerados essenciais a levar a cabo.

Os grandes desafios para a Região encontram-se sistematizados em torno de dez abordagens temáticas:

- 1) O modelo de governação;
- 2) Adaptação às alterações climáticas;
- 3) Os desafios da água;
- 4) Áreas protegidas e floresta;
- 5) Ordenamento, requalificação urbana e habitação;
- 6) Demografia, economia, emprego e inivação;
- 7) Baixa densidade e interioridade;
- 8) Mobilidade;
- 9) Saúde. Rede de infraestruturas e equipamentos;
- 10) Cultura e identidade regional.

SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADAS NO RELATÓRIO

ACB:	Análise Custo-Benefício
AD&C:	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P
AE:	Autoestrada
AM:	Áreas Metropolitanas
APA:	Agência Portuguesa do Ambiente
BCE:	Banco Central Europeu
BEI:	Banco Europeu de Investimento
CAE:	Classificação das Atividades Económicas
CCDR:	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Comissão Europeia
CIM:	Comunidade Intermunicipal
DGEEC:	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEG:	Direção Geral de Energia e Geologia
DGOTD:	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGREGIO:	Direção Geral da Política Regional e Urbana
DIA:	Declaração de Impacte Ambiental
E-gov:	Electronic Government
ETAR:	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FBCF:	Formação Bruta de Capital Fixo
FdC:	Fundo de Coesão
FEADER:	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER:	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEIE:	Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos
FEMP:	Fundo Europeu Marítimo e de Pesca
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FSE:	Fundo Social Europeu
IC:	Itinerário Complementar
ICNF:	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
I&D:	Investigação & Desenvolvimento
I&D+I:	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IEFP:	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFDR:	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IGF:	Inspeção Geral de Finanças

IMI:	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT:	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INE:	Instituto Nacional de Estatística
IPC:	Índice de Preços no Consumidor
IRC:	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS:	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISDR:	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
IVA:	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JESSICA:	Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas
NUTS:	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE:	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
PIB:	Produto Interno Bruto
PME:	Micro, Pequenas e Médias Empresas
PO:	Programa Operacional
POOC:	Planos de Ordenamento da Orla Costeira
p.p.:	Pontos Percentuais
PPP:	Parceria Público-Privada
PPC:	Paridades de Poder de Compra
PRODER:	Programa de Desenvolvimento Rural
PROT:	Plano Regional de Ordenamento do Território
QCA:	Quadro Comunitário de Apoio
QREN:	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCM:	Resolução de Conselho de Ministros RF Relatório Final
RNB:	Rendimento Nacional Bruto
TCE:	Tribunal de Contas Europeu
TIC:	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE:	União Europeia, anteriormente denominada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
(CECA):	Comunidade Económica Europeia (CEE) y Comunidade Europeia (CE).
UEM:	União Económica e Monetária
VAB:	Valor Acrescentado Bruto

DEFINIÇÕES

Tipologias das Regiões NUTS 2

No período 2014-2020, a política de coesão utiliza três categorias de regiões de acordo com o PIB per capita correspondente aos anos 2007, 2008 y 2009 (vide mapa 1).

Mapa 1. Níveis de Desenvolvimento das Regiões da Europa (NUTS 2)



Fonte: Eurostat, 2017

-  Regiões menos desenvolvidas:
PIB per capita (em termos de PPA) inferior a 75 % da média da UE-27
-  Regiões em transição:
PIB per capita (em termos de PPA) entre 75 % e 90 % da média da UE-27
-  Regiões mais desenvolvidas:
PIB per capita maior ou igual que 90 % da média da UE-27

Listagem das Personalidades e Entidades com quem foram efetuadas reuniões até ao momento:

- ✓ Alexandra Gonçalves, Diretora Regional da Cultura do Algarve
- ✓ Anabela Afonso, Comissária do 365 Algarve
- ✓ Artur Gregório, Presidente da Associação IN LOCO
- ✓ Dália Paulo, Ex-Diretora Regional de Cultura e ex-responsável pelo programa 365 Algarve
- ✓ Fernando Severino, DRAPALG - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
- ✓ Francisco Marques, DREALG: Direção Regional de Educação do Algarve
- ✓ Francisco Serra, CCDR Algarve - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve
- ✓ Margarida Flores, ISS - Instituto da Segurança Social, IP - Centro Distrital de Faro.
- ✓ Madalena Feu, IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional - Algarve
- ✓ Paulo Águas - Universidade do Algarve
- ✓ Paulo Morgado, ARS - Administração de Saúde do Algarve
- ✓ Pedro Alves, HPA - Hospital Particular do Algarve
- ✓ Pedro Lopes, Grupo Pestana
- ✓ Sebastião Teixeira, Agência Portuguesa do Ambiente, Algarve
- ✓ Valentina Calixto, Diretora Regional do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. Departamento do Algarve

METODOLOGIA

No presente trabalho optou-se por analisar com alguma profundidade o atual período de programação, o Portugal 2020. Esta análise incidiu não apenas nos resultados e execuções, mas, sobretudo, nos processos. Tratou-se de uma análise crítica ao funcionamento do sistema.

Recolheu-se a informação mais relevante sobre as perspetivas para o período 2030. Sintetizou-se as principais discussões em curso e posições assumidas, bem como as incertezas principais que se levantam em relação ao futuro da União Europeia.

Entrevistámos com os principais responsáveis por entidades e instituições da região. Recolhemos as diferentes perspetivas e posicionamentos face ao futuro regional. Concluiu-se que, no caso do Algarve, não se justifica que a discussão do futuro da região se confinasse aos limites impostos pelos Fundos comunitários da União Europeia.

Seguir-se-á a apresentação e discussão com os responsáveis autárquicos de região. Pretende-se sistematizar os seus contributos, as suas prioridades e fechar-se-á o Relatório, que deverá integrar as perspetivas, preocupações e desejos da AMAL e das 16 autarquias da Região em relação ao próximo período de programação 2021-2027.

CONTEÚDO

NOTA PRÉVIA	1
SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADAS NO RELATÓRIO	2
DEFINIÇÕES	4
METODOLOGIA	6
1. PONTO DE PARTIDA DO ALGARVE PARA O PERÍODO PÓS 2020	8
2. OS GRANDES DESAFIOS PARA A REGIÃO	10
2.1. O Modelo de Governação Regional	10
2.2. Adaptação às Alterações Climáticas	12
2.3. Os Desafios da Água	13
2.4. Áreas Protegidas e Floresta	14
2.5. Ordenamento, Requalificação Urbana e Habitação	15
2.6. Demografia, Economia, Emprego e Inovação	16
2.7. Baixa Densidade e Interioridade	17
2.8. Mobilidade	19
2.9. Saúde. Rede de Infraestruturas e Equipamentos	20
2.10. Cultura e Identidade Regional	21

1. PONTO DE PARTIDA DO ALGARVE PARA O PERÍODO PÓS 2020

O tempo é de discussão na Europa e em Portugal sobre o futuro da União Europeia. Dessas discussões sairão propostas de políticas, de prioridades, de áreas de intervenção. A primeira proposta de orçamento comunitário para o período 2021-2027 foi apresentada no passado dia 2 de Maio. Fica bastante aquém das nossas expectativas e necessidades.

A preparação do novo período de programação é feita num clima de grandes incertezas. O último orçamento, num contexto mais "pacífico", para o período 2014-2020, no valor de 960 mil milhões de euros demorou quase 18 meses e diversas cimeiras para ser aprovado.

Uma questão central vem, desta feita, dificultar a já tradicionalmente complexa discussão em torno das contribuições orçamentais. Trata-se do Brexit. Uma vez que a saída britânica significa uma redução de 10 mil milhões de euros por ano para o orçamento comunitário já a partir de 2021. Outras questões que marcarão o próximo orçamento decorrerão da necessidade de vir a incluir um reforço das despesas para a gestão migratória, para a defesa e segurança interna.

A partir de agora entrar-se-á num, certamente longo, período de discussão. Portugal tem tomado posições acerca do próximo período de programação que podem ser sintetizadas da forma seguinte:

- ✓ Apoio à manutenção de uma política de coesão forte, com recursos adequados para atingir os seus principais objetivos. ou seja, contribuam para que os Estados-Membros e as regiões convirjam com os padrões de desenvolvimento da União Europeia;
- ✓ A política de coesão deve reforçar o seu foco na competitividade através do apoio à inovação e ao emprego enquanto fatores fundamentais para a verdadeira convergência e para uma coesão duradoura. Contudo, é necessário conciliar as políticas e as medidas de apoio à competitividade com outras destinadas a melhorar a competitividade e a coesão territoriais;
- ✓ Defesa da manutenção dos atuais montantes do orçamento afetos às políticas da coesão, não obstante o BREXIT. Para colmatar este efeito, Portugal propôs a possibilidade de criação de três impostos comunitários, uma taxa digital, uma taxa verde e uma taxa sobre as transações financeiras internacionais. Avança a hipótese da contribuição de cada Estado-Membro subir de 1% para 1,2% por ano do correspondente Rendimento Nacional.

A crise recente deixou marcas profundas no Algarve. Entre 2011 e 2015 estagnámos em termos absolutos, empobrecemos em termos relativos. Fomos a região que mais sofreu com a crise, mas também aquela que mais rapidamente a superou. Nos dois últimos anos o Algarve mais que

recuperou a importância que tinha no PIB Nacional e atingiu níveis de empregabilidade equivalentes aos do período antes da crise.

Não obstante a evolução registada e a colocação entre as regiões mais desenvolvidas no país, o Algarve não deixa de revelar grandes fragilidades e desequilíbrios estruturais que importa não escamotear. Importa assinalar que o Algarve tem sido refém do PIB per capita, ajustado pelas diferenças de preços relativos entre os países através dos PPC, indicador único na determinação dos níveis de desenvolvimento das regiões da Europa.

Refira-se, todavia, que em alternativa e para analisar o nível de desenvolvimento efetivo das regiões o INE, para as NUTS III, utiliza um indicador designado de Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) construído a partir de uma matriz de 65 indicadores estatísticos, agrupados pelas áreas da competitividade, coesão e ambiente, que pretendem traduzir o conceito de desenvolvimento. Através deste indicador, mais desenvolvido e complexo, o Algarve é situado no nível de desenvolvimento mais baixo do país. O fraco desempenho do Algarve em matéria de ISDR deve-se a um conjunto de fragilidades e problemas estruturais que a região padece. Entre eles destaca-se:

- ✓ Uma região que gira em torno do turismo e que nos últimos anos se tem sobre especializado. As atividades de Alojamento e Restauração, Comércio e Atividades Imobiliárias contribuem em cerca de 40% do PIB e 60% do emprego;
- ✓ Pouca integração da economia regional. Não existe articulação entre a oferta produtiva regional e a procura gerada pelo turismo;
- ✓ Uma região que sustenta a sua principal produção e exportação, o turismo, à custa de elevadas importações. Produtos como frutas e legumes, carnes, peixe e bebidas são, essencialmente, importadas;
- ✓ Desequilíbrios acentuados no mercado de trabalho. As expectativas dos jovens cada vez mais qualificados não encontram procura na região por parte do tecido empresarial. O modelo seguido tem vindo a criar muitos empregos, mas pouco qualificados;
- ✓ Uma região em que o Litoral concentra a grande parte da população, das empresas, dos empregos, dos equipamentos, das infraestruturas e serviços. Em contrapartida o interior tem vindo a definhar;
- ✓ Uma região sem poder de decisão quer económico, quer político. Os centros de decisão estão fora da região;
- ✓ Uma região que está a envelhecer e que se mostra incapaz de atrair pessoas em idade ativa e que está a perder a sua identidade cultural;
- ✓ Uma região que precisa de ser percorrida e usufruída. Mas que é lenta, congestionada, pouco fluida por ausência de vias eficazes e transportes coletivos;
- ✓ Uma região em que o funcionamento do mercado gera desequilíbrio acentuados entre a oferta e a procura em domínios como a habitação, saúde e equipamentos sociais.

OS GRANDES DESAFIOS PARA A REGIÃO

Se tivéssemos que descrever uma visão, um cenário de referência para o Algarve em 2030, seria algo como: Fazer do Algarve uma das regiões mais desenvolvidas do país e da Europa, dotada de recursos humanos qualificados. Com uma economia dinâmica e sustentável. Uma região competitiva externamente e coesa internamente. Uma região que preserva os valores ambientais e preparada para enfrentar os desafios das alterações climáticas. Uma região que conduz os seus próprios destinos e valoriza a sua identidade.

É um caminho ambicioso, mas o sentido do percurso é este. Há obstáculos a remover. Há recursos a mobilizar. Há exigências de qualidade que têm de ser postas na ordem do dia.

Haverá que chegar a consensos sobre uma Estratégia Regional. Provavelmente haverá que estabelecer um Pacto Regional para a forma de governança e para as prioridades em infraestruturas na próxima década. De forma a que seja defendida por todos na região independentemente de quem esteja no poder em cada momento.

O Algarve necessita de um Pacto Regional para as Infraestruturas e Redes. Necessitamos de estabelecer um acordo sobre o que a Região precisa para os próximos dez anos e que estejamos de acordo na sua instalação? É esse pensamento estratégico que precisamos ter.

1.1. O Modelo de Governação Regional

A forma como está organizado o **Estado na Região** e o modo como são geridos os fundos aplicados no Algarve correspondem a situações de grande ineficiência. Há um claro desperdício de recursos, já por si bastante escassos. Trata-se de um modelo anacrónico, demasiado centralista. As políticas são demasiado banda-larga não atendendo às especificidades da região. Estando o Algarve em regime de transição para efeitos de aplicação de fundos comunitários, *phasing-out*, mais se justificaria atender às suas especificidades e não padronizar regras e procedimentos que tanto têm prejudicado a Região.

A nível da gestão do Algarve 2020, que é uma cópia do Portugal 2020, há ineficiências que decorrem da padronização de procedimentos, da uniformização de regulamentos, do excesso de centralismo, do controle de minudências. Publicar o Aviso da abertura de um novo concurso é um carrocel para cima e para baixo provocando atrasos inadmissíveis na execução, posteriormente sempre imputável ao nível regional. Também a prática corrente de abertura de demasiadas frentes de apoios, sem que haja dimensão financeira para que cause qualquer efeito gerador de dinâmicas que, eventualmente, se pretendam. Associado a esta prática há uma obsessão por processos concursais. Há situações em que se abrem concursos para um único concorrente. Tudo isto significa desperdício de recursos, ineficiências. Com os atrasos causados por estes processos

morosos, no final dos períodos de programação entra-se em grandes azáfamas, aprovando-se à pressa e sem grande critério, prevalecendo as preocupações quanto às taxas de execução em detrimento da pertinência dos projetos apoiados.

Consideramos que o Algarve necessita de uma visão e de uma **Estratégia Regional**, que deve ser geral e não estar ancorada aos Fundos comunitários. De resto, o Planeamento Regional tem sido desvalorizado. Nada existe para além da estratégia associada à RIS3, condição necessária no âmbito do Portugal 2020.

Também haverá que alterar os processos de participação dos cidadãos. Não confundir audição com participação. Há que ouvir líderes de opinião, chegar a grupos de interesses. Chegar a uma Estratégia que reflita os interesses da maior parte possível da população e salvede o futuro da Região.

Há quem refira que o problema central do Algarve é o de falta de capacidade de decisão, a ausência de liderança regional. Na geografia do poder podemos identificar Espaços que mandam e Espaços que obedecem. Os Espaços de mandar são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo. Falamos de entidades públicas e privadas. Falamos do exercício do poder regulatório por empresas e pelo poder político. Nesta abordagem, o Algarve situa-se claramente no espaço de obediência.

O Algarve tem um grande problema de insuficiência de **meios financeiros**, traduzido na falta de investimento público para fazer face às transformações que a Região necessita. A política de investimentos em Portugal tem estado ancorada aos apoios comunitários. Os recursos são escassos e tem-se priorizado as contrapartidas nacionais dos projetos com cofinanciamento dos Fundos. Desta forma o Algarve não tem acesso aos Fundos comunitários pelas regras de Bruxelas, nem ao Investimento Público Nacional, pelas regras de Lisboa.

Todavia, o Algarve é uma região com um índice de desenvolvimento regional (ISDR) entre os mais baixos do país. Por outro lado, o contributo do PIB regional para o nacional está a aproximar-se de 5%, 8,3 mil milhões de euros, em 2016. Nestas circunstâncias o Estado deverá compensar a região em investimento público, devido, por um lado, à discriminação negativa a que está sujeita em matéria de acesso aos fundos e, por outro lado, ao contributo da região para o PIB nacional.

Propostas relativas à Governança:

- 1) Construir uma Estratégia Regional do Algarve para a próxima década, numa base de grande participação, negociada e aceite pela região;
- 2) Estabelecer um Pacto Regional para a governança, concretizando o processo de descentralização em curso, garantindo uma liderança regional legitimada, bem como um Programa de Infraestruturas a executar em 10 anos, com calendário e programação financeira;
- 3) Constituir um Fundo de Coesão Regional que resulte da comparticipação dos Fundos comunitários, do Estado Central e dos Municípios.

A nível regional advoga-se uma solução que passa pela mobilização dos fundos nacionais, nomeadamente via PIDDAC, com os Fundos do Algarve 2030 e os Fundos Municipais, designadamente os decorrentes das novas origens que se encontram em discussão, na criação de um instrumento que por facilidade lhe chamamos **Fundo de Coesão Regional** e que deverá estar afeto à realização de grandes infraestruturas da região.

1.2. Adaptação às Alterações Climáticas

A previsão dos efeitos das alterações climáticas deverá estar presente nos exercícios de planeamento para os próximos anos pois não deixará de ter consequências sobre a realidade que nos debruçamos, em particular sobre as zonas costeiras, como é o caso do Algarve. Mesmo na presença de respostas fundamentadas na adaptação planeada aos cenários climáticos futuros, existirão sempre riscos climáticos que irão afetar a região em múltiplos aspetos ambientais, sociais e económicos. Torna-se, por isso, fundamental a análise, desenvolvimento e implementação de um conjunto coerente e flexível de opções de adaptação que permitam à região estar melhor preparada para lidar com os potenciais impactos das alterações climáticas

De grande importância serão os Planos de Adaptação às Alterações Climáticas que partem da identificação e priorização das atuais vulnerabilidades e riscos climáticos e da sua projeção. Constituem instrumentos a serem revistos e atualizados, com base na evolução do conhecimento científico e das práticas de adaptação às alterações climáticas. Pretende-se que seja um ponto de partida para o contínuo desenvolvimento de políticas territoriais coerentes.

Um dos efeitos mais preocupantes para o Algarve decorrentes das Alterações Climáticas será a elevação do Nível Médio das Águas do Mar (NMGM). Embora haja incerteza sobre qual será o aumento do NMGM até ao fim do século XXI, é provável que possam atingir valores da ordem de 1m. Tais variações terão efeitos muito significativos e gravosos no litoral do Algarve.

Propostas relativas à Adaptação às Alterações Climáticas:

- 4) Executar o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve), proceder à sua revisão regular e promover a concretização das Estratégias Municipais;
- 5) Com base no conhecimento científico e de linhas de Investigação desenvolvidas pela Universidade da Algarve e outras Universidades a Região deverá encontrar soluções para o futuro das ilhas barreiras da Ria Formosa.

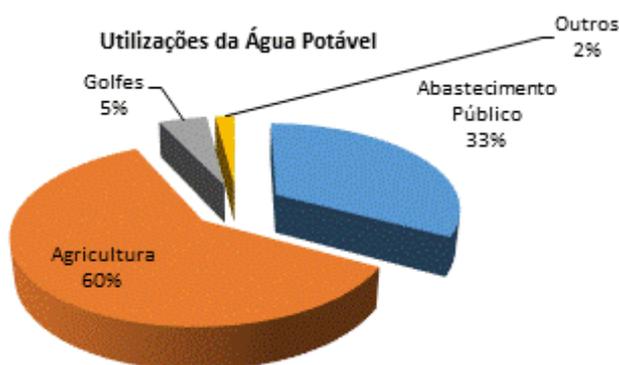
1.3. Os Desafios da Água

As necessidades de água potável são crescentes e sendo um recurso limitado tende a escassear, originando com alguma frequência períodos de crise. A água potável do Algarve tem duas origens com importâncias sensivelmente idênticas: as águas subterrâneas e as águas superficiais.

O consumo de água potável na região atinge valores médios em torno de 225 hm³/ano. Os seus destinos são os que constam do gráfico abaixo. Refira-se que a água para a agricultura tem a sua origem essencialmente nas águas subterrâneas. O golfe utiliza os dois tipos de origens e também a partir de processos de reciclagem de águas residuais. De assinalar uma experiência piloto, no Algarve, de uma unidade hoteleira que procede à dessalinização das águas do mar.

Importa aumentar a resiliência das origens de água, dando resposta ao aumento da procura e às consequências das alterações climáticas. A reutilização de águas residuais deve ser um dos caminhos a privilegiar, pois não injeta no ambiente elementos poluentes e promove a economia circular.

Gráfico 1. Destinos da Água Potável no Algarve



Fonte: APA, 2017

Propostas relativas aos Desafios da Água:

- 6) Melhorar a eficiência dos sistemas (redução de perdas, otimização da rega, ...);
- 7) Aumentar a capacidade de armazenamento superficial, em concreto equacionar a construção da Barragem em Alportel, também como medida de contenção de cheias em Tavira;
- 8) Promover a recarga de aquíferos;
- 9) Assumir o potencial de reutilização de águas residuais da região;
- 10) Estudar a viabilidade da dessalinização de águas salgadas/salobras (tecnologias cada vez mais acessíveis e baratas, potencial de combinação com utilização de energias renováveis).

1.4. Áreas Protegidas e Floresta

O Algarve possui um grande património natural em áreas protegidas e classificadas. Infelizmente não é tão aproveitado como poderia. A sua existência é, muitas vezes, vista como um custo e não na plenitude do seu potencial, como um benefício para a Região.

A Qualidade ambiental e valores ambientais constituem valores que nunca conseguimos integrar como uma mais-valia da região. Em termos económicos nunca houve forma adequada de valorizar esta Áreas. Os apoios adicionais atribuídos às atividades agrícolas que ocorrem em zonas protegidas são diminutos, pouco adequados não mobilizando as atividades a que se propunha. No que se refere às atividades desenvolvidas nestas zonas talvez haja necessidade de orientar mais o Investimento, por exemplo, a agricultura biológica. Há que proporcionar mais valias decorrentes de estarmos em Zonas Protegidas.

A área florestal da região é considerável e há que utilizar todo o seu potencial económico como forma de evitar os riscos causados, em parte, pelo seu abandono progressivo. Os riscos de incêndios florestais são inversamente proporcionais à ocupação humana e ao desenvolvimento de atividades nessas zonas.

Propostas relativas às Áreas Protegidas e Floresta:

- 11) Criar um Sistema de Informação e Monitorização da Ria Formosa, definindo responsabilidades dos vários atores com responsabilidades na gestão do território;
- 12) Concretizar e Operacionalizar em Alcoutim, o Observatório da Desertificação. Há uma proposta de candidatura e o processo está a decorrer;
- 13) Constituir um Centro de Promoção dos Valores Naturais Ligação Possibilidade de organizar a visitação e a Certificação de Guias;
- 14) Executar os Planos de Ação associados às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's) reduzindo riscos e garantindo melhores resultados económicos. Ordenar e tratar as matas públicas como exemplos a seguir em matéria de gestão florestal.

1.5. Ordenamento, Requalificação Urbana e Habitação

O Ordenamento do Território (OT) tem sido e terá de continuar a ser uma preocupação central da Região. Procura-se através do OT valorizar as potencialidades do solo, garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial e a organização eficiente do mercado fundiário. Mas, também, aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes das Alterações Climáticas e a salvaguarda e valorização da identidade do território nacional. As intervenções neste domínio visam racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem. E, também, regenerar o território, promovendo a requalificação de áreas degradadas e a sua reconversão.

A Requalificação Urbana será uma dimensão estratégica para as cidades e vilas da Região durante a próxima década. O processo de transferência das frentes ribeirinhas da gestão da Administração Central para os municípios será acompanhado da requalificação e Regeneração desses espaços cada vez mais valorizados por residentes e turistas.

A capacidade de o Algarve atrair população e mão-de-obra e, correlativamente, assegurar o seu crescimento económico, depara-se com o estrangulamento da habitação. É necessária uma nova geração de políticas, porque as antigas não se revelam assertivas e o mercado também não dá as respostas que o problema exige. Os pressupostos do passado associados à habitação social já não são válidos e não foram substituídos. O problema não é, essencialmente, do domínio social. É muito mais do domínio económico. Tais soluções passarão pela necessidade de disponibilizar habitações a custos controlados. Seja para venda, seja para arrendamento.

Apesar das políticas clássicas estarem, de certo modo, ultrapassadas, o peso da habitação social é, em Portugal, reduzido quando comparado com os restantes países europeus, inclusive os mais ricos que Portugal, pelo que se justifica o seu incremento.

O problema da habitação, sendo nacional, tem especificidades próprias no Algarve que tem de ser levadas em conta nas possíveis soluções que venham a ser desenhadas. Estas, decorrem do grande peso do turismo. De ser uma região procurada por todo o país para fazer férias. Onde há uma enorme pressão sobre o mercado imobiliário.

Propostas relativas ao Ordenamento e Habitação:

- 15) Ordenar as Zonas ribeirinhas e assegurar a sua transferência para a gestão dos municípios;
- 16) Garantir a colocação no mercado habitação a custos controlados a fim de satisfazer a procura que não encontra soluções no mercado;
- 17) Reforçar a importância da habitação social na oferta regional.

1.6. Demografia, Economia, Emprego e Inovação

No Algarve faltam pessoas. Sobretudo pessoas em idade ativa. O Algarve que no passado se caracterizava por ser uma região jovem, está envelhecido, como o país. Muito mais envelhecido que a vizinha Andaluzia. Em termos imigratórios temos atraído, sobretudo, população idosa. O Algarve é tipicamente uma região em transição demográfica para o envelhecimento.

É crucial para a região o desenvolvimento de políticas ativas de captação de migrantes mais qualificados e em idade ativa.

O Algarve, fruto da sua sobre especialização no Turismo apresenta constrangimentos que dificultam a afirmação de outras atividades económicas, limitando a capacidade de inovação regional, restringindo a disponibilidade de recursos humanos, investimento e investidores e expondo a região a choques externos. O Algarve necessita de Investimento Privado para além do Turismo. A captação de investimento estrangeiro será um caminho a trilhar.

Há que apostar em atividades, capazes de gerar mais e melhores empregos e competitiva em bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, com uma economia qualificada centrada nos domínios do turismo e do mar, apostando ainda em segmentos emergentes no agroalimentar, nas TIC, nas indústrias culturais e criativas, nas energias renováveis e na saúde.

O Mar tem de ser um desígnio regional, foi sempre parte integrante do Algarve. No passado e no presente a região soube endogeneizar este recurso como elemento central do seu desenvolvimento. Queremos reforçar as infraestruturas e qualificar os equipamentos no respeito pela biodiversidade, temos que apostar na náutica de recreio sem descurar as pescas, advogamos a investigação e a inovação, mas também a preservação das comunidades piscatória.

Mas o mar também constitui uma oportunidade de aprofundar e diversificar o próprio setor do turismo. Através no turismo náutico onde o Algarve apresenta resultados que testemunham a posição destacada da região no contexto

Propostas relativas à Demografia e Economia:

- 18) Desenvolver políticas ativas de captação de população jovem;
- 19) Promover a Universidade do Algarve enquanto instituição de acolhimento de uma grande comunidade de estudantes internacionais;
- 20) Fomentar a contratação de uma Agência com a incumbência de captar e orientar investimento produtivo para o Algarve. Estar atento às oportunidades decorrentes do BREXIT;
- 21) Apostar nos Centros e Polos Tecnológicos que façam a ligação Universidade e empresas nos domínios da RIS3 e qualificar e promover as Áreas de Acolhimento Empresarial.

nacional neste setor e no turismo de cruzeiros a partir do porto de Portimão, que tem tido um incremento assinalável.

A excelência da Universidade do Algarve constitui o fermento da mudança da sociedade. A Universidade deverá adequar as suas linhas de investigação científica à produção de conhecimento que possa ser transferido para o tecido produtivo, criando nos domínios de produção ou melhorando os existentes. A ligação estreita entre a Universidade e as empresas é fundamental. Há que trabalhar em domínios específicos, em nichos, com empresas que tenham capacidade de acolher e incorporar nos seus processos tais conhecimentos.

O CRIA, que nasceu há 15 anos, tem trilhado um caminho consistente nesta direção. Surgiram na Região dezenas de empresas de grande projeção por ação do CRIA. Desde o início contabiliza-se a criação de 106 novas empresas, com uma taxa de sobrevivência de 80%, maioritariamente em setores como as TIC e Indústrias Culturais e Criativas, Mar, Saúde e Bem-Estar, Turismo e Agroalimentar.

1.7. Baixa Densidade e Interioridade

Os mapas de delimitação das zonas de baixa densidade terão de ser elaborados criteriosamente de acordo com diferentes perspetivas e das funções que se lhes pretenda acometer. São importantes as características naturais de base, mas também as dinâmicas económicas e sociais, como a densidade de vias e a sua rede de centros.

Se quisermos estruturar uma rede que permita catapultar o interior para níveis de convergência com o resto da região teremos de incluir centros que polarizem todo o interior. Os critérios nacionais que têm prevalecido "constroem" territórios a partir de unidades administrativas, cuja base são os concelhos e as freguesias. Trata-se de uma metodologia pouco adequada ao Algarve. A delimitação territorial da baixa densidade, no caso do Algarve, não deverá ser feita a partir, exclusivamente, de unidades administrativas. Para se adequar à realidade há que dividir freguesias. Nada obsta a que experimentemos outras "geografias". Porque não, por exemplo, considerar baixa densidade os territórios a norte da A22, acrescido da Costa Vicentina? Metodologias a ser testadas e que devem partir das instâncias regionais.

Antes de qualquer divisão importará acordar sobre o que deve ser o território de baixa densidade. Não deveremos reduzir as nossas opções estratégicas para o interior do Algarve, às possibilidades decorrentes da obtenção de Fundos.

Desbloquear os territórios do interior, passa por intervenções integradas. A animação de terreno, a agenciação do desenvolvimento e a formação, são essenciais para uma estratégia ganhadora. Os atuais menus não permitem. As boas práticas do passado, metodologia Leader, referenciadas e premiadas foram interrompidas. Os catálogos das intervenções vêm formatados, são despejados nos territórios e não respondem às suas necessidades.

A falta de articulação entre os diferentes fundos, a fraca coesão territorial e o facto de os decisores estarem pouco sensibilizados para os benefícios do DLBC revelaram-se os obstáculos mais significativos a nível nacional. Parte destes problemas decorrem da falta de instrumentos adequados relativos à governança. O nível local não assegura economias de escala e aglomeração com dimensão suficiente para inverter o ciclo de despovoamento e desertificação. O nível central está muito distante e, em geral, não percebe as especificidades deste nível. O nível regional não existe.

A vocação económica destes territórios baseada na valorização de recursos endógenos não é apenas um relevante fator de sustentação económica da coesão territorial. É também um contributo para a concretização do objetivo regional de tornar o modelo de desenvolvimento económico algarvio menos vulnerável aos efeitos da especialização marcadamente turística.

Não podemos descurar a Investigação apesar da Baixa Densidade dos Territórios. É possível e desejável desenvolver a Investigação aplicada ao Interior.

Propostas relativas à Baixa Densidade:

- 22) Estabelecer um Programa de Desenvolvimento Integrado do Interior do Algarve de base comunitária multifundos e de acordo com a metodologia LEADER;
- 23) Criar de uma fonte de financiamento especial para o desenvolvimento local de base comunitária (Fundo DLBC), para o qual contribuiriam os quatro FEEI (FEADER, FEDER, FSE e FEAMP). Para se alcançar resultados, há que investir verbas suficientes, para ter impacto. Propõe-se a afetação de 15% dos meios financeiros associados a cada um dos FEEI aos territórios de baixa densidade;
- 24) Concretizar um Plano de infraestruturas de rede de suporte ao desenvolvimento e Instalar uma “rede digital de alta velocidade” no interior;
- 25) Fomentar a criação de um sistema de incentivos fiscais e financeiros às empresas que se queiram instalar nos territórios do interior.

1.8. Mobilidade

O sistema de transportes na Região é uma das maiores condicionantes ao desenvolvimento económico e à mobilidade dos cidadãos. O Algarve é a região do país com pior cobertura de transportes públicos. A taxa de utilização de transporte coletivo em Portugal é muito baixa, 20%, mas a do Algarve é cerca de metade desta, 10%. Para além dos residentes também os turistas têm uma reduzida utilização de transportes públicos coletivos. A razão destes reduzidos números deve-se, essencialmente, à sua não existência.

A nível nacional, o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) estabelece um conjunto de intervenções prioritárias, com destaque para os investimentos na infraestrutura ferroviária. No Algarve a sua concretização é muito baixa. No que se refere à rodovia a Via do Infante, A22, é cara para a utilização regular da população devendo-se estudar os efeitos elasticidade-preço face à possibilidade de ser intensificada a sua utilização. A EN 125 está parcialmente remodelada, troços do barlavento, está mais segura, mas ficou muito mais lenta.

Deveremos dar grande importância aos sistemas Multimodais que permitam combinar modos de transportes e fazer facilmente a transição entre eles. No planeamento dos sistemas futuros de transportes não poderemos deixar de ter em consideração a necessidade da transição para uma economia de baixo teor de carbono. Promoção da eficiência energética. Reduzir as emissões de carbono no setor dos transportes.

A continuidade do progresso verificado nas Ciclovias terá de ser outra das apostas da região. Deverá ser assegurada a interligação entre a rede de vias cicláveis e os centros urbanos. Deve-se prever em todas as figuras de plano e projetos a construção de ciclovias/percursos cicláveis.

Propostas relativas à Mobilidade:

- 26) Promoção de transportes públicos sustentáveis. Concretizar o concurso de concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros do Algarve, no âmbito da AMAL;
- 27) Manter a requalificação regular da EN125 e estudar as várias possibilidades de tornar a A22 mais utilizada;
- 28) Eletrificação da ferrovia nos troços entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Tunes e Lagos de modo a permitir a utilização de tração elétrica pelos serviços regionais;
- 29) Possibilidade de introdução da ferrovia ligeira ao longo da região garantindo a sua ligação ao Aeroporto-Gambelas-Parque das Cidades.
- 30) Criar um passe único para a região que possa ser utilizado nos autocarros e comboios em qualquer percurso. Passe social mensal para residentes e passe semanal para turistas.

1.9. Saúde. Rede de Infraestruturas e Equipamentos

O Algarve tem um grave défice de cobertura de serviços de saúde. Mesmo utilizando indicadores erróneos, como a população residente, no denominador de rácios como o número de médicos, ou número de camas de hospital por mil habitantes, os valores do Algarve estão bastante abaixo dos do resto do país. Em termos hospitalares vivemos em contingência permanente.

Para uma região turística que se pretende de excelência como o Algarve, a cobertura dos serviços de saúde constitui uma nódoa nesse patamar de afirmação. O turismo no Algarve é um dos grandes ativos da economia nacional. Tem contribuído decisivamente para o crescimento do PIB nacional e para o equilíbrio da nossa balança externa de bens e serviços. Por isso os investimentos na saúde da região, em particular o anunciado Hospital Central, constituem imperativos para a economia nacional. Aliás, os estudos indicam que é desaconselhável manter o investimento nas atuais instalações que terão tendência a serem cada vez mais avultadas. O novo Hospital Universitário também é fundamental para a consolidação e crescimento das Áreas da Saúde na Universidade do Algarve, que se tem vindo a afirmar e já granjeia enorme prestígio internacional.

A **rede escolar** apesar de ter sido objeto de importantes investimentos durante o QREN e, não obstante, a população escolar está a diminuir, volta a necessitar de alguns investimentos. Continuam a verificar-se situações de existência de regimes duplos nos agrupamentos de escolas, degradação do estado dos estabelecimentos e reduzidas condições de conforto térmico/acústico dos estabelecimentos. registe-se, ainda, alguma desatualização e desadequação das salas de aula face às exigências de uma escola do século XXI.

De resto o Algarve possui alguns recordes pela negativa. É a região portuguesa de maior abandono escolar e é a quinta pior região europeia em termos de qualificações.

Propostas relativas à Saúde e Rede de Infraestruturas:

- 31) Construção do Hospital Central Universitário do Algarve;
- 32) Equilibrar a rede do SNS reforçando a sua oferta no sotavento algarvio;
- 33) Consolidar o curso de medicina e ciências da Saúde da Universidade do Algarve;
- 34) Realizar um conjunto de Investimentos Prioritários na Rede Escolar Regional;
- 35) Reforçar a Rede de Equipamentos Sociais de Apoio à Deficiência;
- 36) Reforçar a Rede de Apoio a Idosos, destinados, sobretudo, à população com maiores dificuldades económicas;
- 37) Redefinir a Rede Prisional do Algarve o que passa pela edificação de um EP, a requalificação do EP de Olhão para reclusão de mulheres. e a adaptação do Estabelecimento Prisional de Silves a Centro Educativo do Algarve.

Na área dos restantes **equipamentos sociais** o Algarve possui lacunas importantes em relação à população idosa em que se revelam carências acentuadas. O aumento crescente da população com idade igual ou superior a 65 anos tem condicionado o nível de cobertura oferecido. As dificuldades financeiras das famílias poderão constituir uma das razões que explicam esta tendência recente observada. A Rede de equipamentos de apoio à Deficiência, constitui uma das áreas mais carenciadas do Algarve.

No que se refere aos estabelecimentos prisionais no Algarve importa assinalar a deficiente cobertura regional. Tendo como base o número de reclusos com residência no Distrito de Faro e a lotação oficial dos Estabelecimentos Prisionais (EP) do mesmo, verifica-se um défice de alojamento de 512 lugares masculinos e um défice de alojamento de 47 lugares femininos. No Algarve não existe EP feminino deslocando as reclusas para fora da região. Também no que se refere a jovens, entre os 15 e os 17 anos, o Algarve é a terceira região com mais processos de internamento, após Lisboa e Porto. Também não existe na Região qualquer Centro de Internamento.

1.10. Cultura e Identidade Regional

Compreender o passado, cultivá-lo, permite-nos preparar o futuro. Ter memória é respeitarmo-nos, é conhecer as raízes. O legado cultural é um ativo valioso e tem a capacidade de vincular o passado com o presente e constituir um lastro para o futuro relacionando as diferentes gerações. Cultura enquanto elemento integrador do produtivo e do social.

Não temos Fundações para a Cultura. O que é feito resulta da Administração Central, pouco, e dos Municípios, muito, e do Associativismo, que não é um nível estável. De destacar o facto da região ter em funcionamento 4 redes culturais a funcionar. Bibliotecas, Arquivos, Teatros (Rede Azul) e Museus.

É de grande importância fixar criadores. O CIAC da Universidade do Algarve poderá ter um papel importante para o efeito. Importa, ainda, desenvolver em articulação com a Educação o Projeto da Escola Cultural em áreas como a música, a dança, o teatro. Prosseguir e apostar no Ensino Artístico a nível superior. Há que valorizar os Centros interpretativos arqueológicos existentes ou com grande potencial: Milreu, Alcalar, Guadalupe, Abicada, Balsa, Vila Nova de Cacela.

Propostas relativas à Cultura e Identidade:

- 38) Sagres tem de ser um desígnio nacional associado à globalização. A Europa tem de ser referenciada como de Sagres aos Urais. Trata-se de Lugares de globalização. Neste momento Sagres já faz parte da lista indicativa da UNESCO;
- 39) Faro-Algarve capital da cultura 2027. O ano da candidatura é já em 2021. Pode ser um instrumento para a renovação urbana, para afirmar a identidade da Região;
- 40) Criar o Museu/Centro de Arte Contemporânea, a Serralves do Algarve. Valoriza a Região. Estamos a falar de valores mínimos de 5 milhões de euros iniciais e 2 milhões ano;

A Identidade faz a síntese da cultura, das atividades produtivas, das relações sociais, dos que cá nasceram com os que para cá vieram, dos saberes, da terra, do clima, da história e do sonho. Urge assumir um espírito prospetivo e criador, desperto para a identidade aberta e do culto algarvio. Contra a uniformização e indiferença. Trata-se de dizer que há um carácter, há uma personalidade que devem ser aprofundados.

- 41) Organizar um Festival Literário do Algarve relevante a nível nacional. Rotativo a partir da Rede de Bibliotecas mais Universidade. FLIQ, mais o de Poesia do Olhão. Temos vários concursos literários concelhios. Temos muitos nomes relevantes na literatura portuguesa.
- 42) Assumir a nível regional a Dieta Mediterrânea e reforçar a sua importância enquanto um dos mais importantes símbolos da nossa Identidade e Património Imaterial da Humanidade;
- 43) Pugnar pela cidadania no sentido de pertença a esta região. Introduzir no ensino módulos de valores da região. Criar prémios regionais. Atribuir a figura de cidadão honorário do Algarve. Criar uma rede de Embaixadores Honorários da Região a partir da Diáspora;
- 44) Fomentar o ressurgimento da Televisão Regional e a regularidade de conteúdos noticiosos sobre a região.

